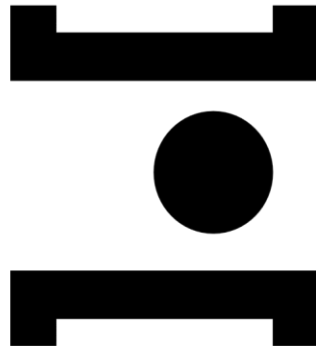


INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM



**POLITÉCNICO
DE SANTARÉM**

**Organização de seminários e Workshops inter-relacionais
no âmbito do Projeto 3C - (Sobre)Viver bem no Ensino Superior**

Aquisição de Serviços

AD Cm 21/2024

Convite á apresentação de proposta

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Índice

Cláusula 1. ^a – Entidade Adjudicante	3
Cláusula 2. ^a – Órgão que tomou a decisão de Contratar	3
Cláusula 3. ^a – Órgão competente para prestar esclarecimentos	3
Cláusula 4. ^a – Procedimento de aquisição	3
Cláusula 5. ^a – Preço base.....	3
Cláusula 6. ^a – Documentos que constituem a proposta	4
Cláusula 7. ^a – Prazo e modo de apresentação da proposta	4
Cláusula 8. ^a – Prazo de validade da proposta (artº 65º do CCP)	4
Cláusula 9. ^a - Negociação.....	5
Cláusula 10. ^a – Critério de adjudicação	5
Cláusula 11. ^a – Documentos de habilitação	5
Cláusula 12. ^a – Pedidos de esclarecimentos.....	6
Cláusula 13. ^a - Caução	6
Cláusula 14. ^a – Redução do Contrato a escrito	6
Cláusula 15. ^o - Caderno de Encargos.....	6
Cláusula 16. ^a – Legislação aplicável.....	6
ANEXO I	7
ANEXO II	8

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Cláusula 1.ª – Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Instituto Politécnico de Santarém, abreviadamente designada por IPSantarém, sito no Complexo Andaluz – Moinho do Fau, Apartado 279, 2001-904 Santarém, com o telefone n.º 243 309 520 e endereço eletrónico aprovisionamento@ipsantarem.pt e plataforma eletrónica de compras públicas www.acingov.pt

Cláusula 2.ª – Órgão que tomou a decisão de Contratar

A decisão de contratar, de acordo do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada pelo Presidente do Politécnico de Santarém no uso das suas competências atribuídas pelo despacho 5845/2024, publicado no DR 100, II Série de 23/05/2024 do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Manuel de Almeida Alexandre - Delegação de competências nos reitores das universidades públicas, nos presidentes dos institutos politécnicos públicos e nos presidentes das escolas politécnicas públicas não integradas

Cláusula 3.ª – Órgão competente para prestar esclarecimentos

A entidade que preside ao procedimento é o Instituto Politécnico de Santarém.

Cláusula 4.ª – Procedimento de aquisição

O presente Convite é efetuado para Organização de seminários e Workshops para fortalecimento das práticas de autoaprendizagem e de trabalho em equipa no âmbito do Projeto 3C - (Sobre)Viver bem no Ensino Superior, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do Caderno de Encargos.

A escolha do procedimento exigido na alínea c) do artigo 115º do Código dos Contratos Públicos, tem por fundamento a alínea d) do nº 1 do artigo 20º do CCP, conjugado com o descrito nas subalíneas ii e iii), da alínea e) do artigo 24º do mesmo Código.

Cláusula 5.ª – Preço base

1. O preço base do procedimento, que constitui o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela presente aquisição é de 20.000€ a que acresce IVA.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Contrato.

Cláusula 6.^a – Documentos que constituem a proposta

Os documentos que constituem a proposta devem obrigatoriamente ser redigidos em língua portuguesa conforme o disposto no nº 1 do artigo 58º do CCP e apresentados na plataforma www.acingov.pt no prazo estipulado para o efeito.

1- A proposta conterá, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- a) Declaração do anexo I, conforme exigido na alínea a) do nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos, a qual deverá ser elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do mesmo Código e reproduzida no Anexo do presente Convite;
- b) Certidão Permanente
- c) Registo Central do Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt/>)
- d) Demais condições que considerem necessárias.

2- A proposta deve indicar os seguintes elementos:

- a) Preço total e preço unitário, sem IVA, em conformidade com o mapa de quantidades do Caderno de Encargos;
- b) Acréscimo de IVA à taxa legal em vigor aos preços apresentados;
- c) Prazos da prestação do serviço;
- d) Os concorrentes poderão ainda apresentar quaisquer outros documentos que considerem relevantes para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do nº 1 e nº. do Artº 57º., do Código dos Contratos Públicos, donde resulta que os mesmos terão obrigatoriamente de respeitar os atributos da proposta, de acordo com a qual se dispõe a contratar.

Nos termos do nº. 34, do artigo 57º. do Código dos Contratos Públicos, os documentos referidos nos números 1 e 2 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Cláusula 7.^a – Prazo e modo de apresentação da proposta

A proposta, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas até às 23:59 horas do 9º (nono) dia a contar do dia seguinte ao envio do Convite, através da plataforma www.acingov.pt.

Cláusula 8.^a – Prazo de validade da proposta (artº 65º do CCP)

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

Cláusula 9.^a – Negociação e proposta variante

Não haverá lugar à negociação da proposta.

Não haverá lugar á apresentação de proposta variante.

Cláusula 10.^a – Critério de adjudicação

De acordo com a alínea b) do nº 1 do art.º 74º do CCP, a adjudicação será feita de acordo com o aspeto Monofator, correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, sendo este de 20.000 € o valor que preço máximo que a entidade se dispõe a pagar.

Cláusula 11.^a – Documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta on-line, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55º do CCP;
- d) Declaração do anexo II, referida na alínea a), do nº. 1, do artigo. 81º. do Código dos Contratos Públicos.

Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 132º do CCP.

Os documentos de habilitação devem ser redigidos na língua Portuguesa, sendo igual exigência aplicada aos documentos que os acompanham.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Cláusula 12.^a – Pedidos de esclarecimentos

Os pedidos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente Convite, Caderno de Encargos e respetivos anexos devem ser colocados, até fim do primeiro terço do prazo para apresentação da proposta, através da plataforma www.acingov.pt.

Os esclarecimentos serão prestados pelo órgão competente ou pelo Júri do procedimento, se nomeado para o efeito.

Cláusula 13.^a - Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88º do CCP, não é exigida a caução.

Cláusula 14.^a – Redução do Contrato a escrito

Nos termos do artigo 95º do CCP.

Cláusula 15.^o - Caderno de Encargos

Em anexo remete-se o caderno de encargos, inerente ao procedimento em causa, elaborado no âmbito do art.º 42º do CCP.

Cláusula 16.^a – Legislação aplicável

Em tudo não especificado no presente Convite, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes no CCP, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do objeto a contratar.

Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º